

## DO ESTIGMA À RESISTÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS ANTI-SOROFOBIA NO X

DOI: 10.47677/gluks.v25i01.525

Recebido: 15/02/2025

Aprovado: 27/05/2025

COSTA, Gustavo de Oliveira <sup>1</sup>

GUIMARÃES, Maira <sup>2</sup>

RIBEIRO, Samuel de Sá<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo investiga discursos de enfrentamento à sorofobia na rede social X (antigo *Twitter*), analisando como as interações digitais se configuram como espaços de disputa ideológica e ressignificação discursiva. A partir da Análise de Discurso Crítica (ADC), examinamos estratégias linguísticas empregadas por internautas brasileiros para combater estigmas e disseminar informações científicas sobre o HIV. O *corpus* da pesquisa é composto por sete *posts* publicados entre 2021 e 2022, selecionados com base em sua relevância e engajamento. A análise à luz da ADC evidencia que negações, modalizações e interdiscursividades desempenham um papel central na construção de discursos de resistência, que desafiam representações estigmatizantes historicamente associadas ao HIV. Os resultados apontam que, embora a plataforma possibilite a viralização de discursos informativos e de enfrentamento ao preconceito, ela também viabiliza a circulação de representações sorofóbicas, demonstrando a complexidade do ambiente digital na disputa de sentidos. Ao dialogar com os estudos do discurso digital, esta pesquisa contribui para a compreensão das novas materialidades discursivas e das dinâmicas linguísticas que permeiam o ativismo on-line.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso digital, Sorofobia, Análise de Discurso Crítica.

### Introdução

A sorofobia – termo que designa o preconceito e a discriminação contra pessoas vivendo com HIV – persiste como um desafio social, mesmo após décadas de avanços científicos e da disponibilização gratuita da Terapia Antirretroviral (TARV) no Brasil. Esse

---

<sup>1</sup>Graduado em Letras (Inglês/Português) pela Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: gustavo.1692367@discente.uemg.br.

<sup>2</sup> Doutora em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora de Linguística do curso de Letras da Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: maira.guimaraes@uemg.br. Esta pesquisa foi realizada com financiamento da Universidade do Estado de Minas Gerais.

<sup>3</sup> Doutorando em Linguística do Texto e do Discurso no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: samuelribeiroportugues@gmail.com.

estigma é sustentado por discursos que associam o HIV a comportamentos moralmente condenáveis, reproduzindo estereótipos como “doença de promíscuos” ou “câncer gay”, expressões que remontam aos anos 1980 e continuam a circular, sobretudo nas redes sociais. A despeito do progresso médico, que transformou o HIV em uma condição controlável, a desinformação e o medo ainda alimentam práticas discriminatórias, reforçando a marginalização de pessoas soropositivas.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo central analisar discursos de enfrentamento à sorofobia na rede social *X* (antigo *Twitter*)<sup>4</sup>, investigando como usuários mobilizam estratégias linguísticas para desconstruir estigmas e promover informações científicas sobre o HIV. A escolha por essa plataforma justifica-se não apenas por sua popularidade (com projeção de 18,6 milhões de usuários no Brasil até 2026), mas também por sua dinâmica interativa, que favorece tanto a reprodução quanto a contestação de narrativas hegemônicas. O limite de 280 caracteres, longe de ser uma restrição, impulsiona a circulação de mensagens concisas e impactantes, muitas vezes acompanhadas de recursos multimodais (imagens, vídeos, hashtags), ampliando o alcance de discursos contra a sorofobia. Para tanto, adotamos a Análise de Discurso Crítica (ADC) como fundamentação teórico-metodológica, seguindo principalmente os aportes de Fairclough (2003) e Van Dijk (2010). Essa abordagem permite examinar a relação entre linguagem, poder e sociedade, focando em três dimensões interligadas: (i) o texto (elementos lexicogramaticais, como negações e modalizações), (ii) a prática discursiva (produção, circulação e interpretação dos *posts*) e (iii) a prática social (contextos ideológicos que influenciam o estigma do HIV). Complementarmente, dialogamos com Van Leeuwen (2008) para discutir como identidades sociais são construídas discursivamente, bem como com Magalhães *et al.* (2017) sobre o papel da linguagem na naturalização ou subversão de hierarquias sociais.

O *corpus* da pesquisa é composto por sete *posts* publicados entre janeiro de 2021 e dezembro de 2022, selecionados com base em três critérios: (i) relevância temática (conteúdo explícito sobre sorofobia), (ii) engajamento (alta interação medida por curtidas e respostas) e

---

<sup>4</sup> A rede social *Twitter* foi renomeada para *X* em 2023, e a terminologia oficial para publicações na plataforma passou de *tweets* para *posts*. No entanto, como o *corpus* deste estudo compreende o período de 2021 a 2022, quando a rede ainda se chamava *Twitter* e as publicações eram denominadas *tweets*, optamos por manter a referência à nova nomenclatura ao longo do texto, a fim de alinhar a terminologia à atual configuração da plataforma.

(iii) diversidade de vozes (perfis de ativistas, médicos, instituições e políticos). Essa triagem visa capturar as principais estratégias discursivas de resistência, como o uso de *hashtags* (#IndetectávelIntransmissível) e enunciados assertivos (“HIV não transmite se indetectável”), que buscam combater a desinformação. A análise segue um modelo tridimensional: (1) descrição linguística (ex.: identificação de processos verbais e modalizações), (2) interpretação sociodiscursiva (como esses elementos desafiam estigmas) e (3) explicação crítica (articulação com estruturas de poder mais amplas). A dinâmica do *X* desempenha um papel crucial nesse processo. Por um lado, a viralização de *posts* – impulsionada por algoritmos e por figuras influentes, como a UNAIDS<sup>5</sup> e ativistas – acelera a disseminação de informações científicas. Por outro, a concisão das mensagens pode levar a simplificações, omitindo nuances importantes sobre o HIV. Além disso, a plataforma também é palco de disputas ideológicas, onde discursos sorofóbicos e anti-sorofóbicos coexistem e se confrontam. Diante dessa complexidade, este artigo busca preencher uma lacuna nos estudos sobre HIV e discurso digital, demonstrando como a linguagem pode ser tanto um instrumento de opressão quanto de transformação social. Ao examinar práticas discursivas no *X*, pretendemos contribuir não apenas para a academia, mas também para iniciativas de conscientização que visam reduzir o estigma e promover uma sociedade mais informada e inclusiva.

### **Referencial Teórico: a Análise Crítica do Discurso**

A Análise Crítica do Discurso (ACD) emerge como um campo interdisciplinar robusto, fundamentado em três pilares teóricos principais: a teoria social crítica, a linguística sistêmico-funcional e os estudos foucaultianos sobre poder e discurso. Como destaca Fairclough (2003, p. 15), “a ACD não é simplesmente um método de análise linguística, mas uma forma de investigação que busca compreender como a linguagem participa ativamente na construção, manutenção e transformação das relações sociais de poder”. Esta abordagem se diferencia radicalmente das análises discursivas tradicionais por seu compromisso explícito com a transformação social, posicionando-se contra o que Habermas (1987) denominou de

---

<sup>5</sup> UNAIDS (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS) é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) criada em 1996 para coordenar ações globais de prevenção, tratamento e enfrentamento do HIV/AIDS, promovendo direitos humanos e políticas públicas para reduzir o impacto da epidemia.

“colonização do mundo da vida pelos sistemas de poder”. O desenvolvimento da ACD deve ser compreendido dentro do contexto histórico do final do século XX, quando os estudos linguísticos começaram a incorporar de forma sistemática as contribuições da teoria social. Como observa Wodak (2011, p. 37), “a virada crítica na linguística coincidiu com um momento de intensa politização das ciências humanas, marcado pelos movimentos feministas, antirracistas e pelos debates sobre justiça social”. Neste cenário, a ACD surgiu como resposta à necessidade de desenvolver ferramentas analíticas capazes de desvelar os mecanismos linguísticos sutis através dos quais as desigualdades são naturalizadas no cotidiano.

A contribuição de Fairclough para a consolidação teórica da ACD é particularmente significativa. Seu modelo tridimensional - texto, prática discursiva e prática social - representa uma superação importante do que ele mesmo critica. Segundo Fairclough, 2001, p. 97): “o reducionismo linguístico da análise do discurso tradicional.” Para Fairclough (2003, p. 27), “o texto deve ser analisado simultaneamente como produto de processos sócio-cognitivos complexos e como instrumento de ação social”. Essa dupla perspectiva permite compreender como escolhas aparentemente técnicas de lexicalização, modalização ou transitividade carregam em si projetos ideológicos específicos. A dimensão da prática discursiva no modelo faircloughiano merece especial atenção teórica. Como explica o autor (1992, p. 78), “os processos de produção, distribuição e consumo de textos não são neutros, mas refletem e reproduzem assimetrias no acesso a recursos discursivos”. Esta perspectiva ecoa as preocupações de Bourdieu (1991) sobre o mercado linguístico, destacando como determinados grupos sociais possuem maior capital simbólico para impor suas formas discursivas como legítimas. Na análise de discursos sobre HIV/AIDS, por exemplo, essa abordagem permite examinar como vozes médicas e institucionais frequentemente detêm maior autoridade discursiva do que as narrativas das pessoas vivendo com o vírus.

Van Dijk (2008) desenvolve um arcabouço teórico complementar ao de Fairclough, com foco particular nos mecanismos cognitivos que medeiam a relação entre discurso e ideologia. Para Van Dijk (2003, p. 354), “as representações mentais compartilhadas - modelos cognitivos sociais - funcionam como interface entre estruturas discursivas e estruturas sociais”. Sendo assim, argumenta Van Dijk (2008, p. 21): “a compreensão e produção do discurso são sempre situadas em modelos mentais de eventos comunicativos que incluem representações de participantes, objetivos e relações de poder”. Tal perspectiva é

particularmente útil para analisar como os discursos sobre HIV/AIDS ativam diferentes modelos mentais em diversos grupos sociais. Complementando essa abordagem, Van Leeuwen (2008) oferece outro eixo teórico fundamental com seu sistema de análise para representação de atores sociais, que fornece ferramentas precisas para examinar, segundo Van Leeuwen (2008, p. 32): “a linguagem pode incluir ou excluir, generalizar ou especificar, nominalizar ou personalizar diferentes grupos sociais”. Tal fato demonstrando que “a escolha entre ‘pessoas vivendo com HIV’ e ‘soropositivos’ não é meramente estilística, mas carrega implicações profundas sobre como concebemos a relação entre identidade e condição sorológica” (2008, p. 23). Já a abordagem histórico-discursiva de Wodak (2001) acrescenta uma dimensão temporal essencial à ACD, com seu conceito de “estratégias de desculpa” revelando, segundo Wodak (2011, p. 134): “[como] atores sociais empregam recursos linguísticos específicos para justificar políticas discriminatórias sem assumir responsabilidade direta.”. Já a noção de “dilemas discursivos” desenvolvida por Wodak e Reisigl (2001, p. 266) mostra como “os discursos oficiais frequentemente oscilam entre reconhecer direitos e manter práticas excludentes”, dinâmica claramente observável em políticas públicas sobre HIV/AIDS. Assim, a aplicação da ACD ao contexto digital exige adaptações teóricas significativas. Como argumentam Jones *et al.* (2015, p. 3), “as plataformas digitais introduzem novas formas de interação discursiva que desafiam as categorias tradicionais da análise crítica”. A viralidade, os algoritmos de recomendação e a hiperconectividade criam o que Couldry (2012) denomina de “nova economia moral do discurso público”, onde a visibilidade é distribuída de formas radicalmente assimétricas. Fairclough (2018, p. 45) alerta que “a análise do discurso digital não pode ignorar como as infraestruturas técnicas das plataformas moldam e constroem as possibilidades expressivas”. As críticas à ACD, particularmente as formuladas por Blommaert (2005) e Slembrouck (2001), contribuíram para seu refinamento teórico. Como reconhece Fairclough (2010, p. 312), “a ACD precisa constantemente reavaliar seus pressupostos para evitar o determinismo discursivo e reconhecer a agência dos sujeitos”. A incorporação de conceitos como “ressignificação” de Butler (1997) e “contra-discursos” de Foucault (1984) tem permitido à ACD desenvolver análises mais sofisticadas sobre resistência e mudança social.

A Análise de Discurso Crítica, tal como desenvolvida por Fairclough (2003), oferece as ferramentas necessárias para desvendar as relações entre linguagem e poder. Fairclough

(2003, p. 15) postula que: “o discurso é um modo de ação, um modo de representação e um modo de ser”, enfatizando, assim, seu caráter constitutivo. Essa perspectiva é particularmente relevante para analisar como os *posts* sobre sorofobia podem tanto reproduzir estigmas quanto contestá-los, transformando-se em instrumentos de mudança social. O conceito de interdiscursividade, central na obra de Fairclough (2003), mostra-se especialmente produtivo ao revelar como diferentes vozes sociais – do discurso científico ao ativismo político – se entrelaçam nos textos analisados. Como explica Fairclough (2003, p. 124): “a interdiscursividade reflete a heterogeneidade de vozes que compõem um texto, revelando as tensões entre diferentes posições ideológicas”. Essa noção permite compreender como ativistas digitais combinam linguagem coloquial com citações científicas para construir argumentos contra o estigma, criando um tecido discursivo complexo e multifacetado.

Avançando nessa perspectiva, Van Dijk (2010) demonstra como o poder se materializa nas estruturas textuais através de estratégias discursivas específicas. Nas palavras de Van Dijk (2010, p. 67): “o controle social e político é exercido principalmente através do texto e da fala.” Tal constatação ganha especial relevância ao analisarmos discursos sorofóbicos. O autor detalha mecanismos como a “topicalização seletiva” (escolha do que é colocado em primeiro plano) e a “mitigação” (suavização de responsabilidades), que se manifestam claramente em *posts* que destacam comportamentos individuais em detrimento de fatores estruturais na transmissão do HIV. Como contraponto, Ramalho e Resende (2016, p. 93) afirmam: “a análise crítica do discurso deve revelar não apenas os mecanismos de dominação, mas também as brechas para a resistência.” Essa abordagem é essencial para entender como ativistas empregam estratégias como a negação (“HIV não é um castigo”) e a modalização (“É urgente combater a sorofobia”) para construir discursos de resistência.

A transição para a Linguística Sistêmico-Funcional ocorre de forma natural quando reconhecemos que as estruturas de poder analisadas pela ADC se manifestam através de escolhas linguísticas concretas. Halliday; Matthiessen (2004, p.31) ao afirmarem: “a gramática é um sistema de opções onde cada seleção realiza significados sociais específicos”, fundamentam essa perspectiva. Esse princípio se materializa na análise de *posts* quando observamos, por exemplo, como a diferença entre “Os soropositivos sofrem discriminação” (processo passivo que oculta agentes) e “A sociedade discrimina pessoas com HIV” (processo ativo que explicita responsabilidades) reflete diferentes posicionamentos ideológicos. A

Teoria da Avaliatividade, desenvolvida por Martin; White (2005) a partir dos postulados de Halliday, aprofunda essa análise ao sistematizar como os falantes expressam avaliações sobre pessoas, comportamentos e fenômenos. Os autores distinguem três domínios avaliativos fundamentais: o afeto (expressão de emoções), o julgamento (avaliação de comportamentos) e a apreciação (valoração de fenômenos). Essa sistematização revela-se essencial para analisar como ativistas constroem credibilidade ao mesclar avaliações emocionais (“Tenho orgulho da minha trajetória”) com argumentos baseados em evidências (“Segundo a UNAIDS, o tratamento previne a transmissão”). A articulação dessas perspectivas teóricas permite compreender o discurso digital sobre sorofobia como um campo de batalha semiótico onde cada escolha linguística – desde a seleção lexical até a estrutura argumentativa – carrega consequências sociais concretas. Como demonstra Gomes (2017, p. 188): “a disputa por significados no espaço digital não é um jogo abstrato, mas uma luta material por visibilidade, reconhecimento e direitos”. Essa compreensão será fundamental para a análise que se segue, onde examinaremos como os recursos teóricos aqui detalhados se manifestam concretamente nos embates discursivos sobre HIV nas redes sociais.

### **Entre posts e representações na rede social X: o discurso sobre a sorofobia**

A aprovação da Lei nº 9.313/1996<sup>6</sup> garantiu o acesso gratuito à Terapia Antirretroviral (TARV) para pessoas vivendo com HIV no Brasil, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Desde então, segundo Santos *et al.* (2011), o país tornou-se referência mundial no fornecimento desse recurso e no atendimento a pessoas com HIV/AIDS. De acordo com Polejack; Seidl (2010), atualmente, existem 38 apresentações farmacêuticas de TARV, que garantem e otimizam a qualidade de vida e a saúde dessas pessoas. Já, de acordo com Melcior; Nemes; Buchella (2007), na década passada, os efeitos colaterais da TARV eram frequentes, incluindo náuseas, vômitos, dores de cabeça, diarreia e dificuldade de deglutição, além da necessidade de múltiplas doses diárias. Os avanços das ciências médicas e farmacêuticas, no entanto, resultaram em terapias mais eficazes e com efeitos colaterais mínimos, aumentando a adesão ao tratamento. Como consequência, segundo os estudos de

---

<sup>6</sup>Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996. Dispõe sobre a garantia de assistência a pessoas com HIV/AIDS, especialmente no que se refere ao fornecimento gratuito de medicamentos e tratamentos, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 13 nov. 1996.

Santos *et al.* (2011), a qualidade e a expectativa de vida das pessoas vivendo com HIV melhoraram significativamente, enquanto a morbimortalidade relacionada à AIDS diminuiu.

Além disso, como um avanço científico crucial, pessoas com carga viral indetectável, graças à TARV, não transmitem o HIV a seus parceiros. Para reduzir novas infecções, além do uso de preservativos, foram desenvolvidos métodos de profilaxia como a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) e a Profilaxia Pós-Exposição (PEP). Para Zuchi *et al.* (2018), a PrEP, que consiste no uso diário de uma combinação de antirretrovirais (tenofovir e entricitabina), oferece até 96% de proteção contra o HIV em relações anais quando utilizada corretamente. Já a PEP é indicada como medida emergencial após exposição ao vírus, como em casos de rompimento de preservativo ou relações desprotegidas. Salientamos que ambos os métodos complementam, mas não substituem, outras estratégias de prevenção.

Nessa secção, buscamos responder às seguintes questões durante a análise linguístico-discursiva: Quais recursos lexicogramaticais são mobilizados em práticas discursivas de enfrentamento à sorofobia na rede social *X*? O vocabulário e os enunciados retomam outros discursos, evidenciando interdiscursividades? Quais sentidos são gerados por essas articulações? Há avaliações sobre os corpos de pessoas vivendo com HIV e suas práticas? De que maneira os internautas, autores dos *posts*, se comprometem com o discurso que produzem? Eles incluem léxicos modais em seus textos? Quais são os efeitos sociodiscursivos desse uso? Abaixo, seguem os *posts* 1 e 2:

Post 1 (T1)



Uma pessoa com HIV pode viver tanto ou mais que você.  
 Pode ser cozinheira, artista, neurocirurgiã, o que quiser.  
 Pode transar sem preservativo, se estiver em tratamento e indetectável.  
 Pode ter filhos pelas vias naturais.

A principal ameaça não é o vírus, é o seu preconceito.

8:27 AM · 1 de dez de 2021 · Twitter for iPhone

Fonte: Rede social *X* (antigo *Twitter*)<sup>7</sup>

Post 2 (T2)



Uma pessoa tratando HIV com carga viral indetectável não transmite HIV por nenhuma prática sexual: seja oral, anal ou vaginal.

Mesmo se sangrar. Mesmo se ejacular. Mesmo se houver outra IST junto.

Profissional que não reconhece isso é negacionista também. E antiético.

11:01 AM · 30 de set de 2021 · Twitter for iPhone

Fonte: Rede social *X* (antigo *Twitter*)<sup>8</sup>

<sup>7</sup>Cf. <https://twitter.com/DoutorMaravilha/status/1466006039279681537>. Acesso em 01/12/2021.

<sup>8</sup>Cf. <https://twitter.com/DoutorMaravilha/status/1443576617075314705>. Acesso em 30/09/2021.

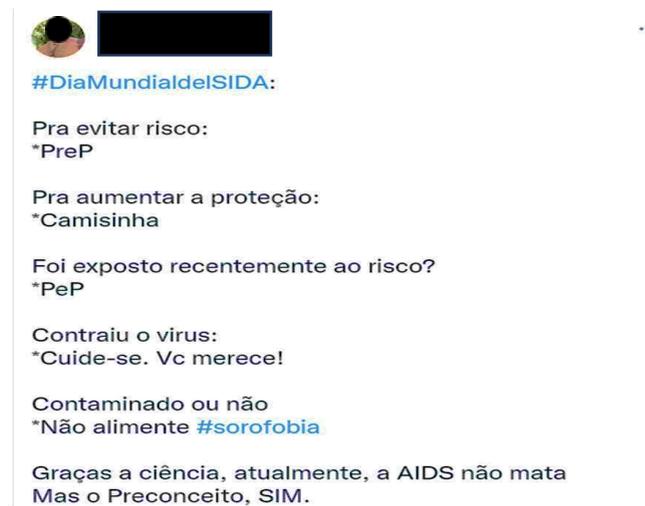
Em T1, é recorrente a estrutura modal constituída por “pode + infinitivo”. O primeiro uso da expressão “pode viver tanto ou mais que você” é seguido de uma comparação entre a expectativa de vida de pessoas que vivem com HIV e aquelas que não vivem com o vírus. O emprego do pronome “você” marca a interlocução com um provável leitor-internauta desinformado e que não é HIV+. Já os modais avaliativos “tanto ou mais”, unidos pelo elemento coesivo de alternância “ou”, representam o alto potencial de vida e, consequentemente, de saúde das pessoas HIV+. O enunciado “pode viver tanto ou mais que você” emerge para confrontar discursos e estigmas sociais como “pessoa com HIV morre cedo”. Assim, de maneira criativa, notamos em T1 a ressignificação de discursos que patologizam corpos soropositivos e o enfrentamento a ascensão da sorofobia no país, ao produzir novos sentidos para mitigar os (des)conhecimentos sobre corpos HIV+. O processo relacional “ser” seguido de diferentes atributos como “cozinheira, artista, neurocirurgiã responde ao que Van Leeuwen (2008) chama de “representação inclusiva de identidades”, onde estratégias linguísticas desestabilizam estereótipos patologizantes. Isso reforça o enunciado anterior no qual pessoas HIV+ podem viver longos anos e atuar produtivamente em diversas funções sociais. Quando se refere às práticas sexuais sem camisinha em “pode transar sem preservativo”, o autor do *post* inclui duas circunstâncias condicionais, sendo elas, “se estiver em tratamento e indetectável”, que remetem à aderência e continuidade da terapia antirretroviral. O autor do *post* evidencia, ainda, a inexistência de obstáculos para uma pessoa vivendo com o vírus e que deseja ter filhos, ao afirmar que “pode ter filhos pelas vias naturais”. Já, na afirmação “A principal ameaça não é o vírus, é o seu preconceito”, ressaltamos o uso da negação como uma estratégia de resistência, enquanto a afirmação categórica “é” possui alto grau de engajamento, denunciando a sorofobia como um problema social real.

Em T2, notamos que o autor do *post* parte da ideia de carga viral indetectável, alcançada pelo uso contínuo da TARV, para produzir um discurso de ressignificação sobre corpos HIV+ e suas práticas sexuais. Por meio da negação “não”, ele demonstra um alto grau de engajamento com o conhecimento compartilhado e, além disso, ressignifica discursos sem base científica que, frequentemente, representam pessoas vivendo com HIV, mesmo que estejam indetectáveis, como um “risco” para a sociedade. Independentemente da prática sexual (oral, anal ou vaginal), segundo esse autor, uma pessoa indetectável “não transmite o

vírus”, ainda que ocorram eventos materiais como sangramento ou ejaculação. Tal informação é enfatizada pelo termo concessivo “mesmo se”, empregado três vezes no *post* em questão. É importante analisar, por outro ângulo, o efeito de sentido gerado pela última oração concessiva “Mesmo se houver outra IST junto” sendo o raciocínio orientado pela estrutura do texto: pessoa em tratamento para o HIV → indetectável → não transmite HIV → mesmo que tenha outra IST. Embora fique pressuposta a possibilidade de transmissão de outras ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis) por pessoas HIV+ indetectáveis, essa informação não é verbalizada no *post*, o que pode levar a interpretações errôneas por parte de leitores mais desatentos, considerando a rapidez da leitura em tela. Ao finalizar o referido *post*, as escolhas lexicais como “negacionista” e “antiético” revelam o posicionamento do autor contra o negacionismo científico e a ocultação de informações sobre a segurança proporcionada pela terapia antirretroviral às práticas sexuais, postura que, infelizmente, ainda é adotada por alguns médicos. Esse fenômeno é discutido na pesquisa de Silva; Duarte; Lima (2020), que analisou narrativas de médicos infectologistas sobre carga viral indetectável e a intransmissibilidade do HIV. No referido estudo, os autores apontam que um dos profissionais entrevistados em suas pesquisas afirma que “não há 100% de certeza de que não haverá transmissão do HIV com a carga viral indetectável”. Para Silva, Duarte; Lima (2020, p. 11) este argumento tem com base na noção de viremia transitória e no fato de que a carga viral é um momento, podendo sofrer variações ao longo do tempo. Com isso, o profissional sustenta que, mesmo em pessoas indetectáveis, o vírus pode, ocasionalmente, voltar a circular no corpo, tornando-as detectáveis e potencialmente transmissoras do HIV. Diante desse contexto, o autor de T2 afirma, categoricamente, que qualquer profissional da área médica que discorde ou apresente informações divergentes sobre a indetectabilidade age com irresponsabilidade quando o assunto é HIV. Essa avaliação negativa de certos membros da classe médica se fundamenta em informações registradas no Protocolo de Manejo Clínico. Segundo Brasil (2018, p. 90): “toda pessoa vivendo com HIV e toda pessoa não reagente para o HIV têm o direito de saber que nunca foi comprovada uma transmissão por pessoa com HIV em supressão viral e que o risco estimado nesses casos é tão pequeno que pode ser considerado insignificante”.

Na sequência, analisaremos o *post* 3, no qual o autor cita diversas formas de prevenção da infecção pelo HIV e incentiva pessoas vivendo com o vírus a cuidarem de sua saúde. A seguir, segue o *post* 3:

Post 3 (T3)



Fonte: Rede social X (antigo *Twitter*)<sup>9</sup>

Em T3, o autor menciona diversas formas de prevenção da infecção pelo HIV, além de incentivar pessoas vivendo com o vírus a cuidarem de sua saúde. A *hashtag* #DiaMundialdelSIDA revela a conjuntura temporal da produção do *post*, publicado em 1º de dezembro, Dia Mundial de Combate à AIDS. O estilo de topicalização adotado busca tornar informações científicas mais acessíveis aos seus seguidores. Além disso, a inclusão do circunstanciador final “pra” no início das primeiras orações “Pra evitar risco” e “Pra aumentar a proteção”, seguidas dos léxicos “PrEP” e “camisinha”, respectivamente, evidencia alternativas de profilaxia para as finalidades mencionadas. Destacamos que a formulação de uma pergunta direta reforça a característica didática do discurso, alinhando-se ao enfrentamento da sorofobia, no entanto, o léxico avaliativo “risco” compromete, parcialmente, a coerência desse discurso. O Guia de Terminologias (UNAIDS, 2017) recomenda que o termo “risco de AIDS” seja utilizado apenas para se referir a comportamentos e/ou condições que aumentam a probabilidade de progressão da síndrome

<sup>9</sup>Cf. [https://twitter.com/Leo\\_O\\_Camelo/status/1466097660528578562](https://twitter.com/Leo_O_Camelo/status/1466097660528578562). Acesso em 03/10/2021.

em pessoas HIV positivas. Dessa forma, o uso da palavra “risco”, no *post* em questão, pode representar a informação de maneira equivocada e contribuir para a patologização de corpos vivendo com HIV, reforçando o estigma de que necessariamente desenvolverão a AIDS. Em vez disso, a UNAIDS sugere o uso da expressão “sexo menos seguro” para se referir a práticas sexuais sem preservativo, oferecendo uma formulação menos estigmatizante. O termo “risco” pode atribuir às pessoas vivendo com HIV o *status* de “corpos perigosos”, que representam uma ameaça à vida do outro, razão pela qual acreditamos que essa escolha linguística pode ser considerada estigmatizadora. Por outro lado, o autor do T3, assim como o do T1 e T2, enfatiza a importância da ciência, o que evidencia seu engajamento na luta anti-sorofobia. Até aqui, analisamos três *posts* produzidos por perfis pessoais. Para avançar no debate, concordamos com Carvalho e Gomes (2020, p. 21), que discutem como as interações em rede são propensas a “hibridizar vozes institucionais e individuais, alterando hierarquias e distâncias sociais”, o que pode contribuir para a constituição de um espaço virtual democrático, “um espaço no qual a pluralidade e os embates possam existir”.

Diante desse contexto, trazemos, a seguir, o *post* produzido pela UNAIDS visando ampliar a discussão:

Post 4 (T4)



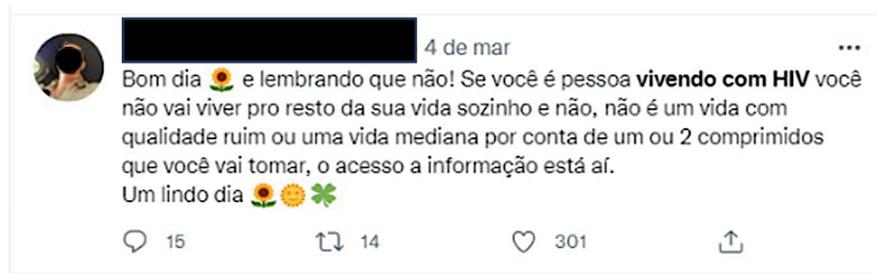
Fonte: Rede social X (antigo *Twitter*)<sup>10</sup>

<sup>10</sup>Cf. <https://twitter.com/UNAIDSBrasil/status/1542870641509928961>. Acesso em 01/07/2022.

Em T4, notamos a negação “Viver com HIV não é motivo de deixar de amar”, seguida por *emojis* que representam diferentes casais. O uso do infinitivo impessoal “deixar” permite a interlocução tanto com leitores que vivem com HIV quanto com aqueles que não vivem, uma vez que a ausência de pronomes pessoais possibilita múltiplas interpretações, como “não é motivo para eu deixar de amar” e “não é motivo para ele/ela deixar de amar”. Além dessa negação, o enunciado emprega outras expressões modalizadoras como em: “Pessoas vivendo com HIV que estão em tratamento não transmitem por relações sexuais desprotegidas”. Esse trecho restringe a intransmissibilidade às pessoas em terapia antirretroviral e demonstra um alto grau de comprometimento com a informação ao esclarecer, por meio da inclusão da circunstância de meio/modo “por”, que o sexo sem preservativo é seguro para quem está indetectável. O posicionamento da UNAIDS está alinhado com um estudo científico recente conduzido por Rodger *et al.* (2016), visto que tais pesquisadores analisaram mais de mil casais sorodiferentes, em que apenas um dos parceiros vive com HIV, e concluíram que não houve registros de transmissão por relações sem preservativo quando a pessoa que vive com HIV utilizou adequadamente os antirretrovirais e permaneceu indetectável por pelo menos sete meses. No entanto, a forma como o *post* da UNAIDS apresenta essas informações pode sugerir uma leitura excludente. A estrutura global do enunciado orienta o seguinte raciocínio interpretativo: [Se] estiver em tratamento → e [se] estiver indetectável → então, viver com HIV não é motivo para deixar de amar. Mas, e se não estiver em tratamento ou não estiver indetectável? Isso significa que é um motivo para deixar de amar? Essa formulação desautoriza vivências afetivo-sexuais de dois grupos específicos: (i) pessoas que já iniciaram a terapia antirretroviral, mas ainda não atingiram a indetectabilidade; (ii) pessoas que vivem com HIV e que, por diversas razões, ainda não aderiram à terapia. Vale ressaltar que, segundo Carvalho *et al.* (2019), a decisão de iniciar ou não a TARV é uma escolha pessoal e envolve uma série de fatores socio-histórico-culturais que impactam a adesão ao tratamento, como classe social, raça, localização geográfica e nível de escolarização. Assim, em vez de estigmatizar pessoas que vivem com HIV sem TARV, acreditamos que a UNAIDS deveria ampliar ainda mais o acesso às informações sobre esse recurso essencial para as vidas HIV+.

Outro internauta também discute a relação entre HIV e relacionamentos afetivos-sexuais, como destacamos abaixo:

Post 5 (T5)



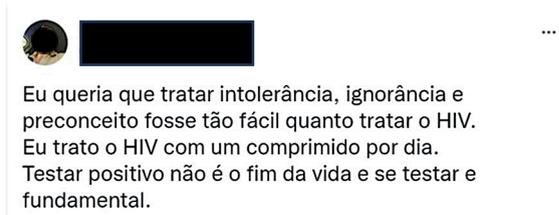
Fonte: Rede social X (antigo *Twitter*)<sup>11</sup>

Em T5, por meio de uma dupla negação “Você não vai viver para o resto da sua vida sozinho não”, o autor busca refutar crenças, ideologias e discursos que associam a solidão, a abstinência sexual e, conseqüentemente, a marginalização social às pessoas que vivem com HIV. A temática da qualidade de vida, através da afirmação “não é uma vida ruim ou mediana” é incorporada ao seu discurso por meio de uma negação relacionada à terapia antirretroviral em “por conta de um ou dois comprimidos”. O encadeamento das informações sugere uma relação causal implícita terapia antirretroviral → qualidade de vida, ressignificando o discurso retrógrado de que os antirretrovirais causam efeitos colaterais severos e impactam negativamente a vida das pessoas vivendo com HIV, uma concepção hoje considerada falaciosa, uma vez que, com os avanços da ciência médica, foram desenvolvidas terapias de fácil adesão e bem menos “desconfortáveis” chegando, em alguns casos, a presença de relatos de pessoas que afirmam não apresentar qualquer efeito colateral de acordo com os estudos de Santos *et al.* (2011). O uso estilístico do negrito em “se você é pessoa vivendo com HIV” pode ser entendido como uma estratégia discursiva que enfatiza a inclusão de uma terminologia que ele considera mais adequada para referir-se a essas pessoas. Esse recurso também pode orientar internautas que, eventualmente, utilizem outros léxicos e/ou expressões sorofóbicas.

Em um segundo *post* do mesmo autor, ressaltamos o uso metafórico de “tratar” para discutir sobre o seu desejo de que a intolerância e o preconceito pudessem ser enfrentados, ou melhor, “tratados” mais facilmente, assim como é para ele viver com o HIV tendo acesso à TARV. Segue o *post* em questão:

<sup>11</sup>Cf. <https://twitter.com/Valisserra/status/1499686310054924294>. Acesso em 04/03/2022.

Post 6 (T6)



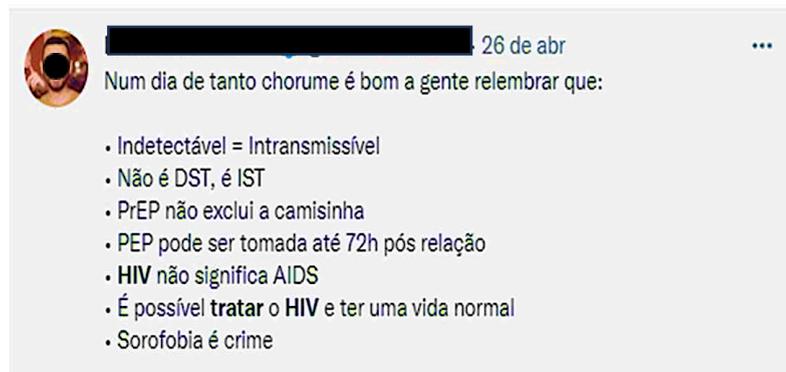
Fonte: Rede social X (antigo *Twitter*)<sup>12</sup>

Em T6, ao utilizar a primeira pessoa do singular “eu”, o autor expressa com alto grau de engajamento, o que deseja. Graças ao acesso facilitado e gratuito à TARV destacado pela afirmação “tão fácil [...] eu trato com um comprimido por dia”, o autor avalia positivamente sua experiência de viver com HIV. Dessa forma, ele ressignifica percepções equivocadas e desatualizadas sobre o tema, em um contexto no qual as ciências médicas avançaram, significativamente, proporcionando terapias antirretrovirais que sequer geram desconfortos, como abordamos anteriormente. Na primeira afirmação de T6, o autor pressupõe a existência de obstáculos no enfrentamento à sorofobia, representados linguisticamente pelos termos “intolerância”, “ignorância” e “preconceito”. Além disso, também se pressupõe o discurso de que testar positivo para HIV equivaleria a “uma sentença de morte”, o que ele ressignifica de maneira criativa e estratégica por meio da negação enfática em “Testar positivo não é o fim da vida”. Com um discurso informativo, potente e corajoso, o autor expõe, publicamente, sua sorologia positiva em uma sociedade ainda profundamente marcada pelo preconceito. Desse modo, ele se insere na luta contra-hegemônica, na qual pessoas vivendo com HIV são frequentemente posicionadas em uma hierarquização inferior àquelas que vivem sem o vírus ou àquelas de sorologia desconhecida. Nesse contexto, a testagem se mostra essencial “se testar é fundamental”, tanto para reduzir os impactos do HIV em quem possa ter se exposto ao vírus, por meio de acolhimento e acompanhamento médico, quanto para conter novas transmissões.

<sup>12</sup>Cf. <https://twitter.com/Valisserra/status/1518758395750330370>. Acesso em 28/07/2021.

À vista das prevenções contra o HIV, o autor do *post* 8 afirma que a “Prep não exclui a camisinha”, representando a combinação de estratégias de profilaxia, conforme observamos abaixo:

Post 7 (T7)



Fonte: Rede social X (antigo *Twitter*)<sup>13</sup>

Em T7, o autor evidencia a importância do conhecimento para a efetiva prevenção às IST. O uso frequente de negações e afirmações categóricas em seu *post* reforça seu caráter de enfrentamento à sorofobia “Sorofobia é crime”. Mas, afinal, o que ocorreu no dia 26 de abril “Num dia de tanto chorume” que motivou o autor a avaliar negativamente essa data? Ao utilizar a ferramenta de busca avançada da rede social X e inserir os filtros “HIV+” “26 de abril de 2022”, observamos diversos internautas relatando que um/a usuário/a da rede (cujo gênero não foi explicitado) fez uma publicação sorofóbica que iniciava com a afirmação “Você namoraria uma pessoa com HIV...”. O restante do conteúdo não foi identificado, pois os usuários que criticaram o *post* evitaram replicar tal discurso. Também foi mencionado que o/a autor/a da publicação sorofóbica excluiu o conteúdo.

Pelos registros dos resultados, o alcance da publicação foi de aproximadamente 70 mil pessoas, considerando apenas o número de seguidores do autor que a postou, sem contabilizar o impacto adicional gerado por curtidas e repostagens (compartilhamento do conteúdo por outros usuários). Ao produzir um *post* informativo e de teor crítico, o autor refuta esse discurso sorofóbico que circulou na rede, demonstrando seu engajamento na luta contra a sorofobia no ambiente digital. Assim como outros internautas, o autor de T7 empregou

<sup>13</sup>Cf. <https://twitter.com/Valisserra/status/1519063967758495745>. Acesso em 26/04/2022.

o processo verbal “tratar”, que se mostrou recorrente em nosso *corpus*. Lima-Lopes (2017), baseando-se em Halliday; Matthiessen (2004), aponta para a complexidade da classificação de certos processos no português brasileiro, especialmente os comportamentais. O pesquisador classifica “tratar” como um processo comportamental, pois está situado na fronteira entre processos materiais e mentais. De acordo com Lima-Lopes (2017, p. 18), outras acepções semânticas atribuídas ao processo comportamental “tratar”, destacam-se:

(...) ações que indicam o tratamento de doenças, pacientes e seus sintomas. Estes procedimentos são o resultado de atitudes intervencionistas [materiais] no estado de um indivíduo, ou conjunto deles, o que certamente passa pelo planejamento. Em outras palavras, uma ação mental (compreender e buscar ideias para cura) seguida de um ato que recai e transforma o outro.

Dessa forma, o autor aponta para a possibilidade de classificar “tratar” como um processo comportamental de transformação. Nos *posts* analisados em nosso estudo, identificamos que os autores incluíram o processo comportamental de transformação “tratar” em referência à Terapia Antirretroviral (TARV). A seguir, apresentamos um quadro que consolida os padrões discursivos identificados nos sete *posts*, evidenciando como diferentes estratégias linguísticas convergem para o enfrentamento da sorofobia:

Quadro 1: Estratégias discursivas anti-sorofobia no X: categorias da ADC aplicadas ao *corpus*

Post	Exemplo-chave	Categoria da ADC	Função discursiva	Base teórica
T1	“Pode viver tanto ou mais que você”	Modalização	Enfatizar agência e normalidade	Halliday; Mathiessen (2004): modalização deontica
T2	“Não transmite o vírus, mesmo se houver sangramento”	Negação + Estrutura concessiva	Refutar estigmas com dados científicos	Fairclough (2003): contra-argumentação
T3	“#DiaMundialDeLutaContraAIDS”	<i>Hashtags</i>	Mobilizar ação coletiva	Fairclough (2003): prática discursiva digital
T4	“Conforme Rodger <i>et al.</i> (2016), não houve transmissão em casas sorodiferentes”	Interdiscursividade	Validar com ciência	Fairclough (2001): intertextualidade autorizadora
T5	“Você não vai viver sozinho não”	Pronomes inclusivos	Construir solidariedade	Fairclough (2003): alinhamento interlocutivo
T6	“Tratar o preconceito deveria ser tão fácil quanto tratar o HIV”	Metáfora conceitual	Humanizar o tratamento	Fairclough (2003): metáfora como ressignificação
T7	“Sorofobia é crime”	Avaliatividade	Posicionamento político	Van Dijk (2010): discurso e ideologia

Fonte: Elaborado pelos autores na análise (2025)

Como demonstra o Quadro 1, os discursos anti-sorofobia no *X* articulam-se através de um repertório estratégico que combina negações categóricas (ex.: “não transmite”), modalizações de possibilidade (ex.: “pode viver”) e interdiscursividade científica (ex.: citações a protocolos médicos). Esses recursos linguísticos, quando analisados à luz da ADC, revelam um *padrão discursivo intencional*: (i) desconstruir falsas premissas sobre o HIV com dados empíricos, (ii) reposicionar pessoas soropositivas como sujeitos de direitos e agência, e (iii) contrapor vozes leigas a autoridades médicas para legitimar os argumentos. Essa sistematização permite-nos avançar para uma reflexão crítica sobre como tais estratégias – embora eficazes no microescala dos *posts* – dialogam (ou não) com estruturas mais amplas de estigmatização social.

### **Considerações Finais**

A análise desenvolvida neste artigo permitiu compreender como os discursos anti-sorofobia circulam na plataforma *X*, revelando estratégias linguísticas e interações que contestam narrativas estigmatizantes sobre o HIV. Os resultados demonstraram que, mesmo em um ambiente marcado pela brevidade das mensagens, os usuários conseguem mobilizar recursos discursivos eficazes para promover informações científicas e combater a desinformação. Frases assertivas como “HIV não é transmissível se indetectável”, hashtags como #IndetectávelIntransmissível e a combinação entre dados técnicos e apelos emocionais mostraram-se particularmente eficientes para engajar o público e desconstruir estereótipos.

A diversidade de vozes analisadas – desde instituições de saúde até ativistas individuais – evidenciou diferentes abordagens no enfrentamento à sorofobia. Enquanto perfis institucionais priorizam campanhas educativas e dados científicos para reforçar credibilidade, ativistas frequentemente utilizam narrativas pessoais para humanizar a discussão, e profissionais de saúde equilibram rigor técnico com empatia. Essa pluralidade de estratégias converge em um objetivo comum: ressignificar o HIV, afastando-o de concepções moralizantes e aproximando-o de uma perspectiva baseada em direitos e evidências. Além de contribuir para os estudos linguísticos e discursivos sobre o HIV, esta pesquisa oferece subsídios para ações práticas no campo da saúde pública e da comunicação digital. Os achados podem auxiliar no desenvolvimento de campanhas mais eficazes, que se adaptem às

dinâmicas das redes sociais sem perder o rigor científico. A análise também sugere a importância de políticas de moderação que combatam ativamente a desinformação e o discurso de ódio, ao mesmo tempo em que amplificam vozes que promovem a conscientização sobre o HIV.

Por fim, este estudo reforça o papel ambivalente das redes sociais na luta contra a sorofobia: se por um lado elas podem reproduzir estigmas, por outro oferecem ferramentas poderosas para sua desconstrução. A linguagem, como demonstrado, não é apenas um reflexo das relações sociais, mas um instrumento ativo de transformação. Cabe aos pesquisadores, formuladores de políticas e à sociedade civil aproveitar esse potencial, garantindo que o espaço digital seja cada vez mais um ambiente de acolhimento, informação e respeito às pessoas vivendo com HIV.

## Referências

- BARBOSA FILHO, L. C.; VIEIRA, M. A. *Genealogia do discurso sorofóbico no Brasil: 1980-2020*. São Paulo: Hucitec, 2021.
- BLOMMAERT, J. *Discurso: uma introdução crítica*. Tradução de J. H. Dacanal. São Paulo: Contexto, 2005.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1991.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV*. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Boletim Epidemiológico HIV/AIDS 2021*. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
- BUTLER, J. *Excitable speech: a politics of the performative*. New York: Routledge, 1997.
- CARVALHO, G.; GOMES, R. (Orgs.). *Discurso digital e ativismo em saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020.
- CARVALHO, M. L. et al. *Adesão ao tratamento antirretroviral no Brasil: desafios e perspectivas*. São Paulo: Hucitec, 2019.
- COULDRY, N. *Media, society, world: social theory and digital media practice*. Cambridge: Polity Press, 2012.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.

- FAIRCLOUGH, N. *Análise crítica do discurso: o estudo crítico da linguagem*. Tradução de Sandra Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. 2nd ed. London: Longman, 2010.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social no século XXI*. São Paulo: Contexto, 2018.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1984.
- GOMES, R. *Discurso e resistência nas redes sociais*. São Paulo: Parábola, 2017.
- HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *An introduction to functional grammar*. 3rd ed. London: Arnold, 2004.
- JONES, R. H. *et al. Discourse and digital practices: doing discourse analysis in the digital age*. London: Routledge, 2015.
- MAGALHÃES, I. *et al. Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Editora UnB, 2017.
- MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. *The language of evaluation: appraisal in English*. London: Palgrave Macmillan, 2005.
- MELCIOR, R.; NEMES, M. I. B.; BUCHELLA, F. *Avanços no tratamento antirretroviral no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- POLEJACK, L.; SEIDL, E. M. *Monitoramento e avaliação em HIV/AIDS*. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica*. Campinas: Pontes, 2016.
- RODGER, A. J. *et al. Sexual activity without condoms and risk of HIV transmission in serodifferent couples when the HIV-positive partner is using suppressive antiretroviral therapy*. JAMA, v. 316, n. 2, p. 171-181, 2016.
- SANTOS, N. J. S. *et al. A epidemia de AIDS no Brasil: cenário atual e desafios*. Revista de Saúde Pública, v. 45, n. 2, p. 1-10, 2011.
- SILVA, C. G.; DUARTE, R.; LIMA, M. *Discursos médicos sobre HIV indetectável no Brasil*. Saúde e Sociedade, v. 29, n. 1, p. 1-15, 2020.

SLEMBROUCK, S. *Discourse, critique and ethnography*. *Language in Society*, v. 30, n. 2, p. 271-279, 2001.

UNAIDS. *Guia de terminologia do UNAIDS*. Genebra: UNAIDS, 2017.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e contexto*. São Paulo: Contexto, 2010.

VAN LEEUWEN, T. *Discurso e prática: novos instrumentos para análise crítica do discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

WODAK, R. *The discourse of politics in action*. London: Palgrave Macmillan, 2011.

WODAK, R.; REISIGL, M. *Discourse and discrimination*. London: Routledge, 2001.

#### **FROM STIGMA TO RESISTANCE: THE CONSTRUCTION OF ANTI-SEROPHOBIA DISCOURSES ON X**

**ABSTRACT:** This article investigates discourses that confront serophobia on the social network X (formerly Twitter), analyzing how digital interactions function as spaces for ideological disputes and discursive resignification. Based on Critical Discourse Analysis (CDA), we examine the linguistic strategies employed by Brazilian internet users to combat stigma and disseminate scientific information about HIV. The research *corpus* consists of seven posts published between 2021 and 2022, selected based on their relevance and engagement. The analysis highlights those negations, modalizations, and interdiscursivity play a central role in constructing resistance discourses that challenge the historically stigmatizing representations associated with HIV. The results indicate that, although the platform enables the viralization of informative and anti-prejudice discourses, it also facilitates the circulation of serophobic representations, demonstrating the complexity of the digital environment in the struggle over meaning. By engaging with digital discourse studies, this research contributes to understanding new discursive materialities and the linguistic dynamics that shape online activism.

**KEYWORDS:** Digital discourse. Serophobia. Critical Discourse Analysis.